



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA - 0033

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 08 e 09 do mês de fevereiro de 2017, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 01/2017, divulgado em 12/01/2017 no DEJT (Edição 2146/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 03 e 04. Presentes a Juíza Titular MONICA AIEX e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	GUAIMBE, LUTECIA, OCAUCU, VERA CRUZ, POMPEIA, OSCAR BRESSANE, ORIENTE, MARILIA
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	01/04/1981
Data de Instalação do PJE:	28/08/2013
Data da Última Correição:	02/03/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	23 %
Acervo PJe/Acervo Total:	77 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MONICA AIEX	05/06/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
14/03/2016 a 12/04/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
13/04/2016 a 17/04/2016	FERIAS	EDMA ALVES MOREIRA
18/04/2016 a 24/04/2016	FERIAS	RENATO CLEMENTE PEREIRA
25/04/2016 a 15/05/2016	FERIAS	CLOVIS VICTORIO JUNIOR
16/05/2016 a 14/06/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
18/07/2016 a 16/08/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
29/08/2016 a 18/09/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
19/09/2016 a 25/09/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	CLAUDIO ISSAO YONEMOTO
26/09/2016 a 18/10/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	MARCOS ROBERTO WOLFGANG
19/10/2016 a 28/10/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
29/10/2016 a 16/01/2017	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2016 a 17/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
EDSON DA SILVA JUNIOR	28/03/2016 a 12/04/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	07/01/2016 a 19/12/2016
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	07/01/2017 a 17/01/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
13/04/2016 a 12/05/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/09/2016 a 18/10/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
JEFERSON PEYERL	04/11/2016 a 04/11/2016
JEFERSON PEYERL	05/11/2016 a 08/11/2016
JEFERSON PEYERL	10/11/2016 a 17/11/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	13/05/2016 a 15/05/2016
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	07/01/2017 a 17/01/2017

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2016 a 17/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ROMULO TOZZO TECHIO	06/12/2016 a 11/12/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELICA ANELLI AFONSO VIEIRA DA SILVA	AJA	FC-02 ASSISTENTE	20/09/1994
CASSIA REGINA SILVA	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	27/01/2014
CLAUDINEI MORAES DOS SANTOS	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	29/10/1993
DIVANIA DA COSTA ALVARES	REQ	FC-02 ASSISTENTE	31/08/2016
ELIANE DE FATIMA VALERIANO AMORIM	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/09/2013
ESPERANCA LOPES ZAPAROLLI	TJA	-	13/05/1994
MARA CRISTINA AGOSTINHO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	24/04/2006
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	TJA	FC-04 CALCULISTA	17/03/2014
MARIA CRISTINA LIMA DE MORI	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	18/09/2006
SILVIO JOSE CINTRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/02/2014
SONIA KIYOKO GOTO MAZINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/10/1999
WANDERCY APARECIDA VIGANO	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	09/02/2004
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			13-14



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	125
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	3
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	3
TOTAL	131



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GIOVANA CHIARAMONTE ROCHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/07/2016
JOAO VITOR PENNA ARAUJO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
EDSON DA SILVA JUNIOR	30
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	100
MONICA AIEX	30

SERVIDORES	HORAS
DIVANIA DA COSTA ALVARES	40
ELIANE DE FATIMA VALERIANO AMORIM	100
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	18
MARIA CRISTINA LIMA DE MORI	180



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	682	760	854
	Aguardando encerramento da instrução	652	758	789
	Aguardando prolação de sentença	97	131	138
	Aguardando cumprimento de acordo	346	306	236
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.431	2.819	3.151
	Subtotal		3.208	3.124
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	221	397	234
	Liquidados pendentes de finalização na fase	174	182	208
	Subtotal		395	580
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	325	897	350
	Encerrados pendentes de finalização na fase	90	121	56
	Subtotal		415	1.018
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	80	2
	TOTAL	4.018	4.722	4.234



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	146	107	66
Exceções de Incompetência	18	3	11
Antecipações de Tutela	209	187	52
Impugnações à Sentença de Liquidação	13	11	17
Embargos à Execução	48	36	60
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	5	3	5
TOTAIS	439	347	211



6 - RECURSOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	528	425	196
Recurso Adesivo	30	22	15
Agravo de petição	38	23	39
Agravo de Instrumento	5	5	5
TOTAIS	601	475	255



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	570	116	174	211
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	946	314	333	363
Total / Média	1.516	240	296	302

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	557	123	177	215
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	868	324	332	379
Total / Média	1.425	246	295	311

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	173	46	24	41
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	540	51	36	53
Total / Média	713	49	33	49

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	47	180	194	199
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	148	296	224	267
Total / Média	195	268	219	249

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	117	1.200	1.821	1.063
Do início ao encerramento da execução - ente público	27	1.541	1.133	1.341
Total / Média	144	1.264	1.755	1.103

*Do início até a extinção da execução

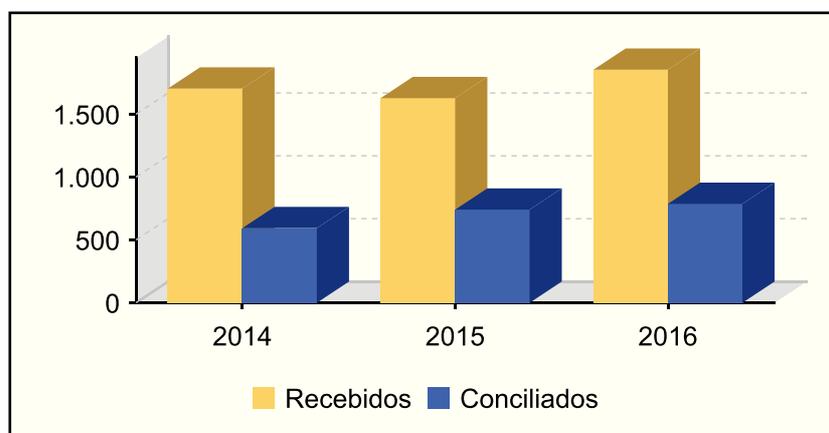


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

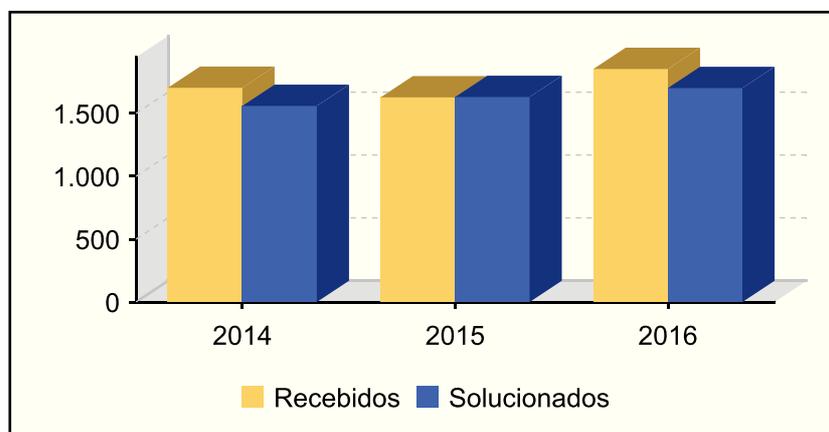
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2016]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.704	594	34,86
2015	1.628	741	45,52
2016	1.854	787	42,45



8.2 - Índice de soluções [até 12/2016]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.704	1.560	91,55
2015	1.628	1.631	100,18
2016	1.854	1.702	91,80



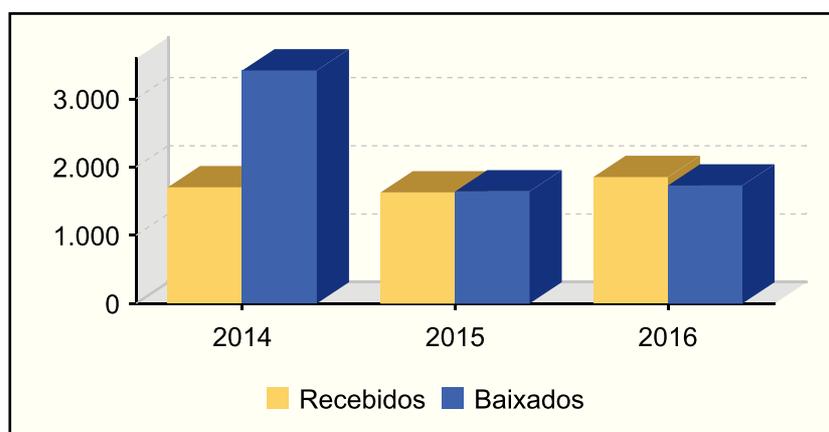


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

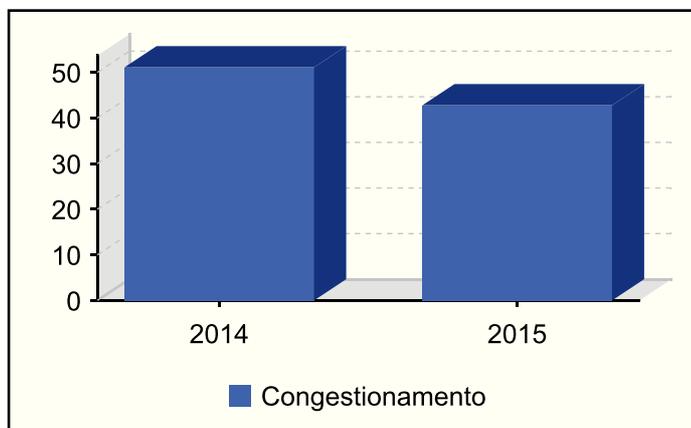
8.3 - Índice de baixas [até 12/2016]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.704	3.417	200,53
2015	1.628	1.643	100,92
2016	1.854	1.729	93,26



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.487	1.704	1.560	51,11
2015	1.223	1.628	1.631	42,79

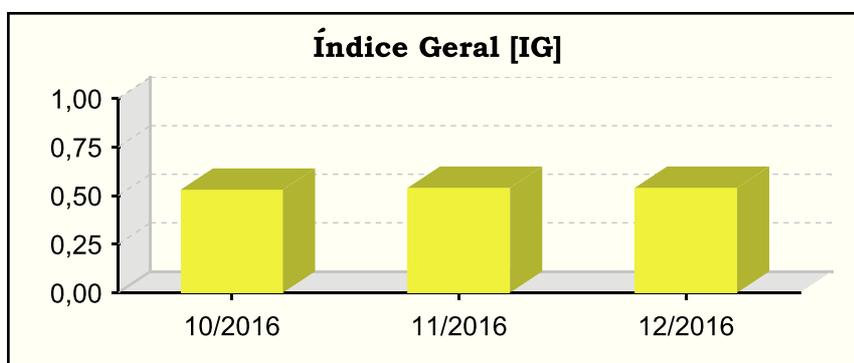
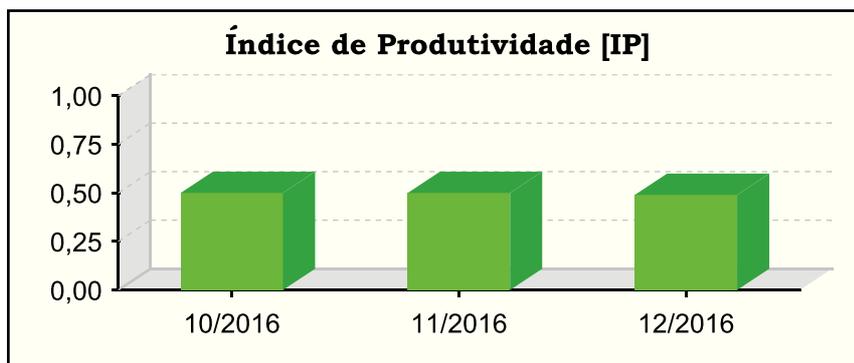
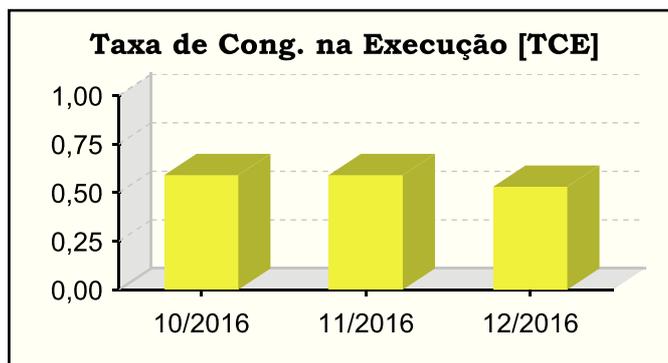
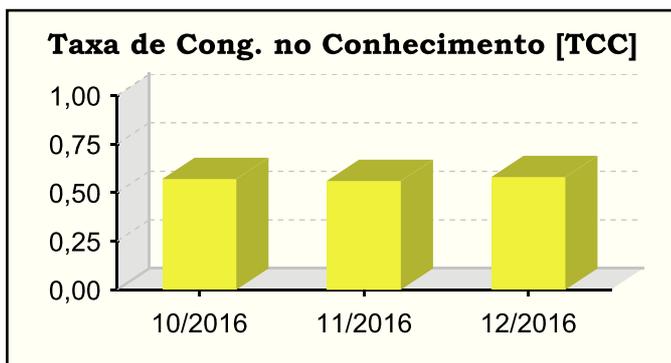




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
10/2016	0,57	0,59	0,50	0,53
11/2016	0,56	0,59	0,50	0,54
12/2016	0,58	0,53	0,49	0,54





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	787	65,6	53,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	702	58,5	47,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.489	124,1	101,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	213	17,8	14,5
Incidentes Processuais Resolvidos	395	32,9	26,9
Dias-Juiz	440	36,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.906	62,3	42,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.124	62,8	42,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.030	125,1	85,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.504	22,1	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	16.490	42,9	29,3
Dias-Juiz	16.910	44,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	126.805	69,1	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.540	73,3	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	261.345	142,3	93,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.731	27,1	17,8
Incidentes Processuais Resolvidos	93.541	50,9	33,6
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

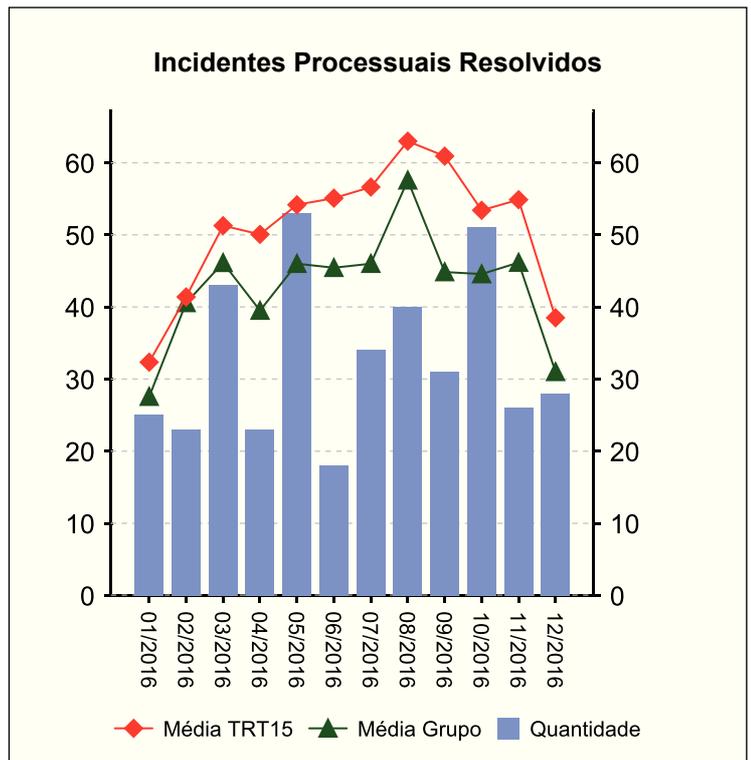
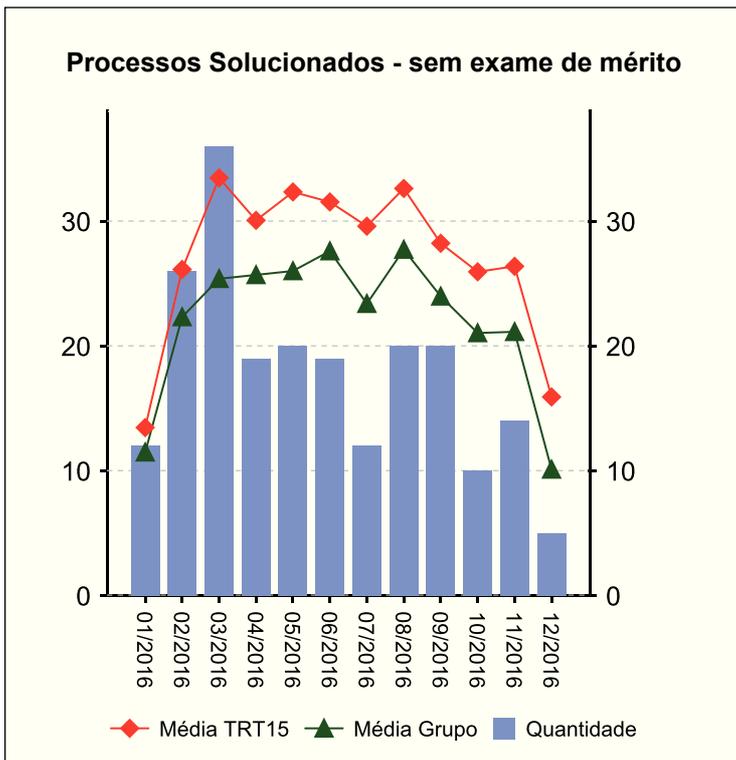
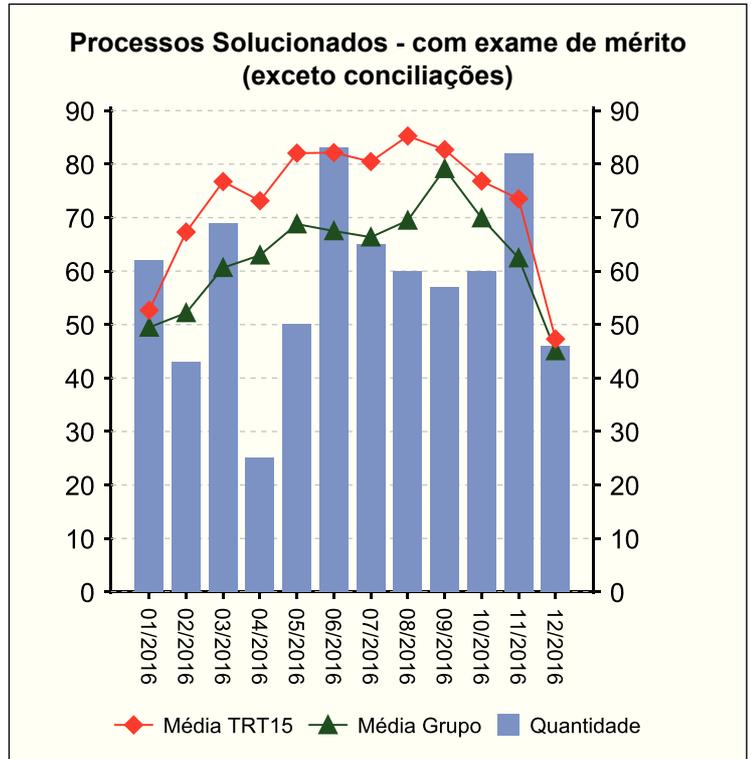
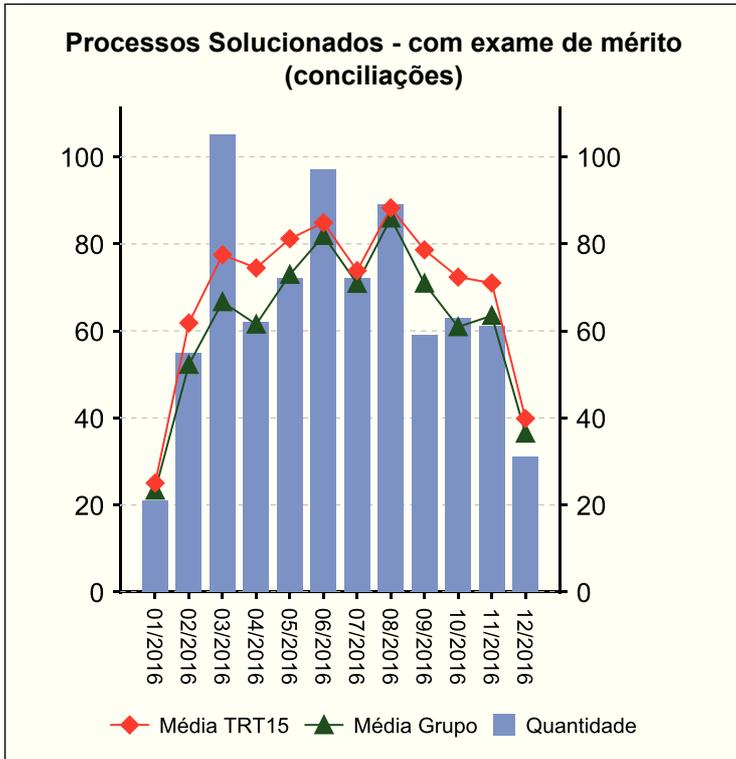
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	678	56,5	46,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	424	35,3	28,9
Sessões de audiência realizadas - una	606	50,5	41,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	266	22,2	18,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	277	23,1	18,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.030	85,8	70,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	543	45,3	37,0
Dias-Juiz	440	36,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	23.961	68,9	42,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	16.694	43,5	29,6
Sessões de audiência realizadas - una	25.799	67,2	45,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	6.109	15,9	10,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	4.991	13,0	8,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	42.493	110,7	75,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	11.100	28,9	19,7
Dias-Juiz	16.910	44,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.172	73,4	44,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	88.811	48,4	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	153.619	84,2	55,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.020	15,8	10,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.541	16,6	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	242.430	132,0	87,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	59.561	32,4	21,4
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

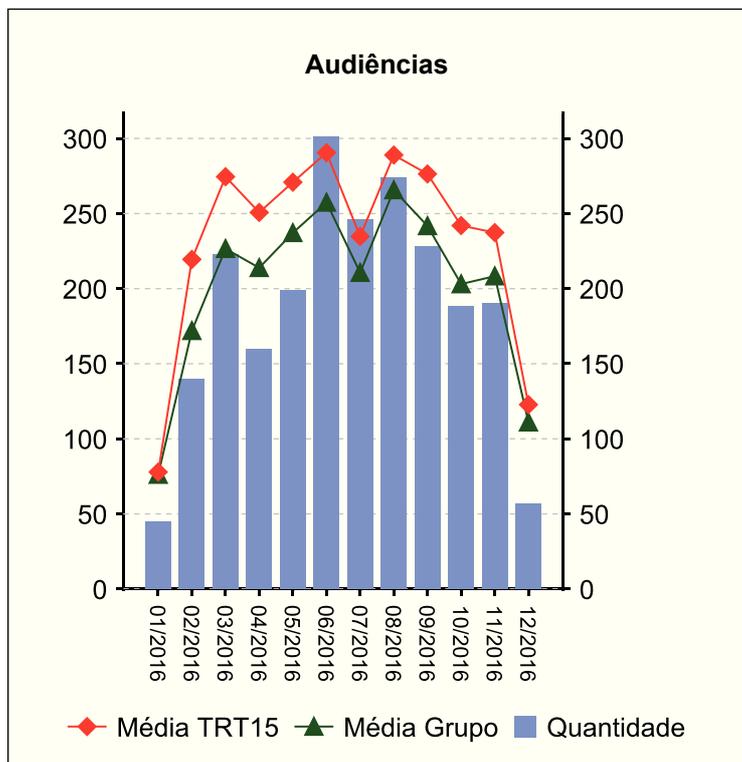


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

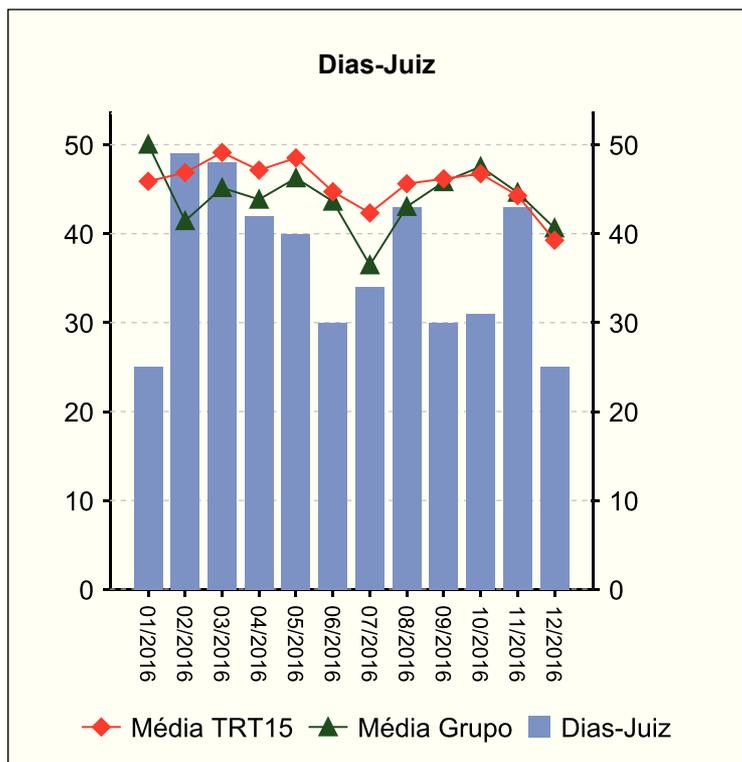
[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2016	0	2	15	8	20	45
02/2016	1	1	48	30	60	140
03/2016	3	1	81	43	95	223
04/2016	3	5	63	26	63	160
05/2016	5	1	73	40	80	199
06/2016	25	68	78	39	91	301
07/2016	50	27	77	30	62	246
08/2016	57	28	89	45	55	274
09/2016	28	75	41	50	34	228
10/2016	37	28	47	52	24	188
11/2016	45	36	46	45	18	190
12/2016	12	5	20	16	4	57
Total	266	277	678	424	606	2251



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2016	25
02/2016	49
03/2016	48
04/2016	42
05/2016	40
06/2016	30
07/2016	34
08/2016	43
09/2016	30
10/2016	31
11/2016	43
12/2016	25
Média Mensal	36,7



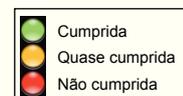
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

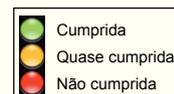
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1854	1702	152	154	142	92 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

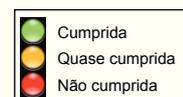
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1704	1534	1686	0	142	47	33 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
345	347	0	29	29	100 %





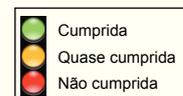
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

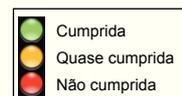
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
10	10	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
226	248	221	88 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 14.194,35	R\$ 2.734,92	R\$ 11,06	R\$ 470.511,73



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
1.728	1501-2000	13-14	12	12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está dentro dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade)

	PJe		SAP
Data de corte:	23/12/2016	Data de corte:	23/12/2016
Saldo:	337	Saldo:	886
Data do mais antigo	9/6/2016	Data do mais antigo*	29/2/2016
		Total:	1.223

*Consulta realizada no dia 30/1/2017, às 12h55.



14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,54.

Esse índice demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho, considerando-se que a força de trabalho em relação ao ideal está em 79%, conforme os critérios adotados pelo Projeto APOIA 15, o prazo para tramitação dos processos passa de 30 para 70 dias. Com a data de corte para setenta dias, a Unidade apresenta um acervo de 103 processos no SAP1G e de 117 processos no PJE, número não expressivo para apresentação de Plano de Ação para acompanhamento neste momento.

Ressalta-se que houve elaboração de Plano de Ação em cumprimento de determinação em Correição Anterior. O plano poderá ser adaptado conforme *template* utilizado pela Corregedoria, com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, disponibilizado na Extranet, menu “jurídico – orientação da corregedoria – *templates* – plano de ação”.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010332-26.2016.5.15.0033, 0010312-35.2016.5.15.0033, 0011155-68.2014.5.15.0033 e 0000988-60.2012.5.15.0033;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (em consulta em 25/1/2017, verificou-se a existência de 1017 protocolos nos últimos 12 meses, com 8 pendências) e INFOJUD (a exemplo do processo nº 0011177-29.2014.5.15.0033);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0000363-89.2013.5.15.0033, 0010709-31.2015.5.15.0033 e 0014300-16.2006.5.15.0033;

15.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora;

15.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana, segundo consulta ao PJe no período de 01/2/2017/ a 31/12/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 277 no período de 01/2016 a 12/2016;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7, 10 e 11 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:



16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,47 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Marília apresenta 47% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10 da presente Ata, a Unidade contou com média de 36,7 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (44,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (53,7) superior à média de referido grupo. Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 47,9, enquanto a média do grupo foi de 43,0, pelo que se registra elogio ao Juiz Flávio Henrique Garcia Coelho, designado como auxílio fixo, mas que atuou como substituto da Juíza Titular, durante quase todo o período correccionado e sem atuação de outro Juiz, como auxílio, na maior parte do período.

Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, sendo que apenas as Metas 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) e 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) não foram atingidas, tendo índice de cumprimento de 88% e 92%, respectivamente (item 11).



17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJe realizada em 31/1/2017, às 12h00h, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DATA PRIMEIRA VAGA	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	27/6/2017	-	155
UNAS	5/6/2017	-	184 (*)
INSTRUÇÕES	8/11/2017	-	281
CONCILIAÇÃO	6/4/2017	-	64
MEDIAÇÃO	14/2/2017	-	

Obs. (*) média

(**) conciliação em conhecimento

(***) Conciliação em liquidação/execução

Não há processos aguardando designação de audiências. Entretanto, na consulta realizada em 31/1/2017, às 13h38min, há 25 processos na Triagem inicial sem designação de audiência.

17.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho).

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	3	8	3		6	
	tarde						
terça	manhã	3	8	3		6	
	tarde						
quarta	manhã	3	8	3	6		
	tarde						
quinta	manhã	3	8	3	6		
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						



17.1.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que dois servidores da fase de conhecimento, um mediador e um elaborando a pauta, põem em prática os conhecimentos obtidos no curso de mediador e ainda as orientações do MM. Juiz quanto às técnicas de mediação. O Magistrado permanece na Unidade e preside as audiências da pauta normal e de mediação em salas contíguas. Realizadas em quatro dias da semana, às segundas e terças-feiras, processos nas fases de liquidação/execução e às quartas e quintas-feiras, processos na fase de conhecimento, priorizando os de Rito Sumaríssimo ou que estejam no rol da Meta 2 do CNJ).

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

17.1.3 – ANÁLISE:

Verificou-se que do total de 2251 audiências, 678 foram do tipo inicial, 424 de instrução, 277 de conciliações na execução, 266 de conciliação no conhecimento e 606 unas. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 27/06/2017, UNA até 5/6/2017 e de instrução até 8/11/2017.

Conforme se observa do quadro acima, ao distribuir uma ação para a 1ª Vara, é necessária a espera de cerca de cinco meses para a realização da audiência inicial, considerando que a pauta tem agendamentos para 27/06/2017. Para prosseguimento por meio da audiência de instrução, seria necessário que se aguardasse mais nove meses.

Considerando haver audiências de instrução até 8/11/2017, além de não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 2% o prazo médio de duração do processo, bem como o expressivo número de audiências iniciais realizadas na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Unidade, determina-se que seja analisada a viabilidade de substituir horários destinados àquelas do tipo inicial por audiência de mediação, unas e de instrução, se houver mais que um Juiz atuando na Vara.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas de nº 1, 3, 4, 5, 6 e 11/2016 e 1/2017 da Circunscrição de Bauru. Verificou-se ainda a retirada de bens ou processos das hastas de nº 1, 4, 5 e 6/2016, sob justificativa de remição e parcelamento da dívida.

19 – RECOMENDAÇÃO:

19.1 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfung.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro das Requisições de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a de nº 1 (CNJ) e 5 (JT).

20.6 – incluir na divisão das equipes o(s) servidor(es) Esperança Lopes Zaparolli, no prazo de 05 dias, conforme estabelece a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, uma vez que não foi relacionado no formulário respondido e enviado pela vara;

20.7 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

20.8 observar os normativos: Ofício Circular nº 01/2016-CR (Autogestão Orientada – Primeiros Temas); Ofício Circular nº 02/2016-CR (Autogestão Orientada – Pje);

20.9 – intensificar a realização de audiências de mediação e conciliação nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.10 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no Pje;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



20.11 – velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

20.12 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

20.13 – utilizar regularmente as ferramentas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, BNDT, SERASA, CCS, CENIB, JUCESP, SIMBA, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.14 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado no processo nº 0037800-58.1999.5.15.0033.”

20.15 – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR Nº 03/2014, de 22 de setembro de 2014 e no item III da Ordem de Serviço CR nº 03/2015, e o registro da remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta.

21 – PROCESSOS ANALISADOS (por amostragem):

Foram analisados 50 processos, dentre os quais mereceram determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO nº	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0000285-66.2011.5.15.0033	BDT	Processo na ocorrência BDT desde 21/12/2016. Determina-se o prosseguimento do feito com a conclusão para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



			deliberação ou para cumprimento dos atos já eventualmente determinados, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
2	0000771-51.2011.5.15.0033	DCA	Processo na ocorrência DCA desde 01/8/2016. Determina-se a conclusão dos autos para decisão de embargos à execução, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
3	0001366-50.2011.5.15.0033	LNS	Processo na ocorrência LNS desde 18/1/2017. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
4	0010598-81.2014.5.15.0033	tarafa aguardando audiência	Processo com despacho exarado em 19/9/2016,determinando a designação de instrução. Processo sem audiência designada até a data da consulta. Determina-se o prosseguimento.
5	0011705-92.2016.5.15.0033	tarafa aguardando audiência	Processo com despacho exarado em 29/11/2016 designando audiência de conciliação para o dia 9/2/2017, não consta da aba de audiência a sessão designada. Regularize-se.
6	0010345-25.2016.5.15.0033	tarafa aguardando audiência	Em audiência realizada em 25/1/2017 foi redesignada a instrução para o dia 31/10/2017, não consta da aba de audiência a sessão designada. Regularize-se.
7	0011286-72.2016.5.15.0033	tarafa aguardando audiência	Processo com audiência realizada em 23/1/2017, com conciliação, sem registro de solução. Regularize-se.
8	0011339-87.2015.5.15.0001	Análise de Perícias	Processo com dois laudos periciais, entregues em 15/7/2016 e 1/9/2016, sem audiência designada. Determina-se a inclusão em pauta e o prosseguimento do feito.
9	0011294-83.2015.5.15.0033	Análise de Perícias	Processo com laudo pericial juntado em 4/10/2016. Há despacho exarado em 10/10/2016 (id dec6e8e) determinando que o perito apresente o laudo. Determina-se



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



			a inclusão dos autos em pauta e o prosseguimento do feito.
10	0011709-66.2015.5.15.0033	Análise de Perícias	Processo com esclarecimento pericial juntado em 18/11/2016, sem intimação das partes para manifestação. Determina-se a inclusão dos autos em pauta e o prosseguimento do feito.
11	0011203-90.2015.5.15.0033	Análise de Conhecimento	Processo com despacho exarado em 15/12/2016 sem cumprimento até a data da consulta. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Tramitar o processo.
12	0011393-53.2015.5.15.0033	Intimações automáticas com pendências	Processo pendente desde 14/12/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Regularizar o processo.
13	0010614-98.2015.5.15.0033	Intimações automáticas com pendências – Conversão em diligência	Processo pendente desde 9/12/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Regularizar o processo.
14	0010009-89.2014.5.15.0033	Minutar despacho	Processo pendente desde 17/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Regularizar o processo.
15	0011377-65.2016.5.15.0033	Redistribuição	Processo pendente desde 8/12/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Regularizar o processo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



16	0011349-68.2014.5.15.0033	Recebimento da instância superior	Processo pendente desde 15/12/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo.
17	0010111-48.2013.5.15.0033	Remeter ao 2º grau	Processo pendente desde 10/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo.
18	0011156-53.2014.5.15.0033	Concluso ao Magistrado	Processo com decisão proferida sem prosseguimento desde 16/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo.
19	0011670-35.2016.5.15.0033	Iniciar liquidação	Processo pendente desde 10/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo.
20	0010131-05.2014.5.15.0033	Minutar expediente de secretaria	Processo pendente desde 15/9/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo.
21	0011790-49.2014.5.15.0033	Minutar decisão – Exec	Processo pendente desde 3/11/2016. Conclusão para magistrado aberta e fechada logo em seguida. Regularizar, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
22	0010029-80.2014.5.15.0033	Preparar comunicação – Exec	Processo pendente desde 29/9/2016, A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



			ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Regularizar o processo.
23	0089600-47.2007.5.15.0033	ARQ - Arquivado definitivamente	Processo com execução extinta em 12/12/2012, após retorno do TRT com Agravo de Petição sem provimento – não houve baixa no Cadastro de Valores, constando com RPV pendente no e-Gestão. Regularizar o processo.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a apresentação com a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, incluindo a Exma Juíza Titular e o Juiz Auxiliar, foram realizadas reuniões com os servidores da Secretaria, e o trio gerencial para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho e regularização das inconsistências e lançamentos das ocorrências no SAP1G e no PJe, entre outros, o lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos, bem como dos valores arrecadados de custas, emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária e lançamentos das Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Foram orientados para utilização dos alertas para identificação de questões urgentes; a não paralisação de processos em caixas de tarefas intermediárias; para que as subcaixas com quinzenas zeradas sejam removidas das tarefas para auxiliar na melhor gestão de processos; não utilização de prazo zero nas intimações no PJe; a criação de subcaixas para cumprimento de providências e de vencimento de prazo por quinzena no formato “aaaa/mm – quinzena”, facilitando o acompanhamento; e exclusão de subcaixas e setores destino não autorizados.

Ressaltou-se a necessidade de priorização dos processos da Meta 2 do CNJ, bem como a urgência na tramitação dessas ações até a prolação de sentença.

Foi apontada a existência de 598 petições sem ciência/juntada no SAP1G, evidenciando a existência de inconsistências, que deverão ser corrigidas.

Ressaltou a importância de notificação por e-mail de empresas com grandes números de reclamações trabalhistas, devendo o Diretor de Secretaria ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



o Juiz, intensificar esforços para o contato com os departamentos jurídicos das empresas;

Verificou-se que há realização de audiência inicial, onde há nomeação de perito, que deve designar a perícia, no prazo de 30 dias, informando também seus dados bancários para depósito dos honorários prévios pela reclamada. As partes saem cientes de todos os prazos referentes à perícia, manifestações e esclarecimentos e da data de audiência de instrução em prosseguimento.

Orientou-se que, quando da designação de perícia, não mais seja intimado o perito de sua designação, cabendo aos peritos terem o controle, diretamente no painel do usuário do PJe;

Acerca do acervo de processos físicos, salientou-se a importância da migração dos processos físicos para o PJe, por meio da “Macro”, disponibilizada pela Corregedoria.

Salientou-se ainda que os processos desarquivados, com ocorrência RMA, sem prosseguimento da execução, deverão receber a ocorrência de nível 2 RCX e não DSA, devendo ser corrigidas as inconsistências no SAP1G;

O Diretor de Secretaria da Unidade informou que há na Unidade, servidores prestes a se aposentar e que possuem funções estratégicas, o que comprometerá o bom andamento dos trabalhos e que a servidora Esperança Lopes Zapparolli tem como atividade as notificações em todas as fases, encaminhamento de expedientes e atendimento ao balcão, por ser se adaptar melhor nessas tarefas e não ao método concentrado. Salientou-se a importância de incluir essa servidora em uma das equipes.

Conforme informação prestada pela Unidade, duas vezes por semana (quartas e quintas-feiras) são realizadas audiências de mediação/conciliação na fase de liquidação/execução. Orientou-se para a importância de serem colocados na pauta de mediação também processos na fase de conhecimento.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedoria Regional, recebeu no gabinete da 1ª Vara do Trabalho de Marília o Vereador Cícero Carlos da Silva, que lhe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



entregou em nome da Câmara Municipal de Marília, o Certificado de Visitante Ilustre.

Recebeu, ainda, os Advogados Dr. Maurílio Bonfim Trindade, Presidente da OAB, da 31ª Subseção de Marília; Dr. João Carlos Pereira, Presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP e Conselheiro Regional de Prerrogativas da 11ª Região – Marília- SP; e Dra. Adriana Mara Ferrari Petruzza do Prado, da Comissão de Direito de Trabalho da OAB, da 31ª Subseção de Marília. Os Ilustres advogados salientaram o bom trabalho do Juiz Auxiliar, Dr. Flávio Henrique Garcia Coelho, na condução da Unidade, tanto na realização das audiências como na solução dos feitos, na ausência da Exma. Juíza Titular Mônica Aiex, sem que seja designado outro Juiz para auxílio. Enfatizaram as precárias instalações do Fórum, tratando-se de barracão com divisórias antigas, dificultando a realização e audiências de conciliação, que são realizadas dentro das secretarias ou em salas minúsculas sem ventilação, praticamente insalubres, bem como o número de funcionários nas duas Varas abaixo do necessário o que faz os andamentos dos processos fiquem paralisados por meses. Entregaram ofício rogando o recebimento desses apontamentos, que será cadastrado no PROAD, dando-se ciência à Presidência deste Tribunal para as providências que merecer.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A Exma. Juíza Titular, Monica Aiex esteve presente, ainda que afastada para tratamento da própria Saúde.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre a importância das audiências de mediação também na fase de conhecimento, a diminuição de audiências do tipo inicial na pauta, com aumento das audiências de mediação e maior número de audiências Una e de instrução.

Requeru o Exmo. Juiz Flávio Henrique Garcia Correia que a Corregedoria exponha à Presidência deste Tribunal as condições estruturais do Fórum e a necessidade de mudança para prédio maior, possibilitando a criação de mais salas de audiências e mediação, aumentando a criação de mais vagas na pauta de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



audiências.

Requeru, ainda, a designação de mais um Juiz, uma vez que, tendo sido designado como auxílio fixo, com os afastamentos para tratamento da própria saúde, da Juíza Titular, Dra. Monica Aiex, a Unidade contou com, praticamente, apenas um Juiz por todo o período correccionado, prejudicando muito o prazo médio da fase de conhecimento.

24.2 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correção foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor de Secretaria, com anuência da Juíza Titular ou na sua ausência, do Juiz Substituto, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4456/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia oito de fevereiro de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.